

A PARCERIA TRANS-PACÍFICO COMO UMA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO DA CHINA THE TRANS- PACIFIC PARTNERSHIP AS A STRATEGY TO CONTAIN CHINA

*Gabriela Granço do Amaral¹
Thais Caroline Lacerda Mattos²*

RESUMO: A presente intervenção visa discutir as relações entre Estados Unidos e China na Ásia-Pacífico e irá discorrer sobre a entrada dos Estados Unidos nas negociações da *Trans-Pacific Partnership* (TPP), em 2008. A complexa relação entre esses países faz necessária a discussão acerca sua interdependência econômica, as estratégias chinesas para a política internacional e as participações norte-americanas nos tratados de livre-comércio que abrangem a região. O foco da discussão na Parceria Trans-Pacífico se deve por esta se apresentar em muitos momentos, como o elemento chave na estratégia da administração Obama no objetivo de aprofundar o envolvimento norte americano na região do Pacífico. Os crescentes mercados na Ásia Pacífico já são os principais destinos para os produtos manufaturados dos Estados Unidos e estima-se que o grupo de países participantes do TTP é um mercado de grande significância para exportação de bens e serviços dos Estados Unidos. Assim, tem-se um panorama das perspectivas que podem ser aguardadas para as relações sino-americanas nos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE: Trans-Pacific Partnership (TPP), China, Estados Unidos, Ásia Pacífico.

ABSTRACT: This paper aims to discuss the relationship between the United States and China in Asia Pacific. The analysis argues about the U.S. entry in the Trans-Pacific Partnership (TPP), which started in 2008. The complex relationship between these countries makes necessary the discuss about the economic interdependence between them, the strategies for Chinese foreign policy and the American interests in free trade treaties that involve the region. Thus, there is a panorama of perspectives that can be expected in the Sino-US relations in the coming years.

KEYWORDS: Trans-Pacific Partnership (TPP), China, United States, Asia Pacific.

1 INTRODUÇÃO

Diante a iniciativa estadunidense de estender e solidificar seus interesses políticos, econômicos e militares no Pacífico, o governo dos Estados Unidos, em meio aos acordos bilaterais de livre comércio já existentes, deu continuidade às negociações sobre a entrada dos EUA no *Trans-Pacific Partnership* (TPP) em fevereiro de 2008. Configurando-se como um acordo multilateral de livre comércio em discussão desde o ano de 2005, o TPP tem como objetivo promover a integração econômica na Ásia-Pacífico para o século XXI. Fazem parte das negociações países como Austrália, Brunei,

¹ Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP) e membro do Grupo de Pesquisas do BRICS.

² Graduanda em Ciências Sociais pela UNESP/Marília, bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq e membro de Grupo de Pesquisas do BRICS.

Chile, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Vietnã e Estados Unidos. Ressalta-se ainda o interesse de adesão nas negociações de Japão, México e Canadá. Considerando o rápido crescimento e desenvolvimento econômico na região, as negociações incluem acordos de investimentos estratégicos e o estabelecimento de regras que abarcam trabalho, barreiras comerciais, propriedade intelectual e meio ambiente. Não obstante às questões econômicas, alguns teóricos aventaram a hipótese de que o TPP seja um instrumento dos EUA de contenção e limitação a ascensão econômica da China e de sua influência regional, entre outros aspectos.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo analisar o papel dos EUA no TPP, dada a importância estratégica de seu envolvimento, as possíveis contribuições dessa parceria no Pacífico, e ainda buscar compreender como esta iniciativa pode constranger a China em seu processo de desenvolvimento pacífico. Para isso, dividimos o trabalho em duas partes: a primeira abordará a complexidade das relações entre China e Estados Unidos, trabalhando temas como a dependência mútua, estratégia de “ascensão pacífica” chinesa e o novo século americano na Ásia-Pacífico, respectivamente; a segunda parte discorrerá acerca da participação norte-americana nos principais acordos de livre-comércio da região, a origem da *Trans-Pacific Partnership*, seus propósitos e sua relação com a China.

Dessa forma, espera-se trazer um debate frutífero sobre as relações sino-americanas, compreendendo melhor os delineamentos dessa relação e refletindo sobre as perspectivas futuras que a envolvem.

2 CHINA E ESTADOS UNIDOS: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA

A relação entre China e Estados Unidos tem sido objeto de estudos de pesquisadores, pois se trata da relação entre as duas maiores potências mundiais, envolvendo o futuro do sistema internacional. Independente das polêmicas a respeito da próxima hegemonia mundial, substituição dos Estados Unidos pela China, “ascensão pacífica” da China, possível confronto entre os países, ou nenhuma dessas hipóteses, o fato é que há vários ângulos em que essa relação pode ser observada. Na presente parte deste estudo, abordaremos temas como a interdependência econômica entre os dois países, a estratégia da “ascensão pacífica” da China e as ações norte-americanas na Ásia-Pacífico a fim de analisarmos melhor a relação entre eles na atualidade.

2.1 DEPENDÊNCIA MÚTUA ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Estados Unidos e China aproximaram-se diplomaticamente em 1972 com a viagem de Nixon à China ao encontro de Mao Zedong, desde então, pode-se afirmar

que a relação entre esses países estreitou-se cada vez mais, a ponto de se tornarem mutuamente dependentes economicamente. Segundo Wessel (2010), “Os líderes dos Estados Unidos e China sabem que a economia de cada país depende muito um do outro. China é extremamente dependente da venda de bens para os EUA para manter seu vasto exército de trabalhadores. Os EUA são extremamente dependentes de a China continuar a emprestar os bilhões de dólares do governo dos EUA por dia”.

Com a finalidade de trazer um panorama da complexidade e dubiedade das relações sino-americanas, essa dependência mútua será o tema nesta seção. A década de 1970 foi de significativa importância para norte-americanos e chineses, não apenas para a “diplomacia do pingue-pongue”³, mas também para expandir as relações econômicas.

Os fatores de debilidade enfrentados por ambas as nações no decorrer da década de 1970, junto ao contexto de insegurança que pairava no sistema internacional durante a Guerra Fria, foram alicerces que favoreceram a aproximação entre os EUA e a China naquele período. Os dois países obtiveram ganhos recíprocos a partir da aproximação, por meio de fortes fluxos de investimento externo norte-americano na China e posterior fluxo de exportações chinesas para os EUA. Atualmente, é inegável a conclusão de que tais países apresentam economias com grande interdependência. (CARVALHO e CATERMOL, 2009, p.217).

Assim que visitou o país, o presidente norte-americano Richard Nixon emitiu uma declaração onde pontuava alguns passos que deveriam ser dados para que as relações comerciais entre China e Estados Unidos pudessem ser restauradas, a saber: a) progresso em direção à normalização das relações entre a China e os Estados Unidos é do interesse de todos os países; b) ambos querem reduzir o perigo de um conflito militar internacional; c) nenhum dos países deve buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico e cada um se opõe aos esforços por qualquer outro país ou grupo de países que tentarem estabelecer tal hegemonia; d) nenhum dos países está preparado para negociar em nome de terceiros ou de celebrar acordos ou entendimentos com o outro dirigido a outros estados (NIXON, Richard, 1972).

Após a reaproximação, já em Julho de 1979, o governo dos Estados Unidos e da China assinaram em Pequim um acordo intitulado *Agreement on Trade Relations Between the People's Republic of China and the United States of America*, cuja finalidade era estabelecer relações comerciais bilaterais com base na não-discriminação, em que ambos deveriam garantir o tratamento de Nação Mais Favorecida (NMF) para o outro, além de estabelecer instituições comerciais e de negócios, protegendo-se mutuamente

³ A expressão “diplomacia do pingue-pongue” foi utilizada para caracterizar as relações diplomáticas de EUA e China no período da reaproximação, pois este esporte foi utilizado nesse processo. CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. **As relações econômicas entre China e EUA: Resgate histórico e implicações**. Revista do BNCDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252. Junho, 2009.

em seus respectivos padrões de comércio, direitos autorais e mercados; resolvendo problemas comerciais através das negociações (SHIJIAN, Zhou, 2012).

Nesse contexto de comércio bilateral entre China-Estados Unidos, é interessante destacar que, embora o Investimento Externo Direto chinês no país norte-americano seja baixo, muitas empresas chinesas veem o país como uma peça-chave para tornarem-se mais competitivas no mercado global e estarem mais próximas dos consumidores americanos (MORRISON, Wayne M, 2012, p 19 MORRISON, Wayne M). Dentre as empresas chinesas instaladas solo norte-americano, destacamos: *The Dalian Wanda Group Corporation, Suntech Power Holdings Co., Ltd, Sany Group, Wanxiang Group, Pacific Centuries Motor, Tianjin Pipe Corporation, Haier Group, ZTE Corporation, Golden Dragon Precise Copper Tube Group Inc.* Além dessas, tem-se particular destaque para *Huawei Technologies*, que é a líder global fornecimento de soluções tecnológicas para informação e comunicação, estando nos Estados Unidos desde 2011 (MORRISON, Wayne M, 2012, p 20). A empresa já alcançou cerca de US\$ 6 bilhões em contratos com outras empresas norte-americanas, apesar de estar sob vigilância do governo norte-americano por eventuais suspeitas de espionagem (WALL STREET JOURNAL, 2012).

Desde que se aproximaram, os países desenvolveram uma estreita relação econômica que envolve vantagens e tensões. Enquanto são consideradas as principais economias mundiais da atualidade, norte-americanos veem-se interdependentes dos chineses e vice-versa, pois à medida que o fluxo de comércio entre eles ganha projeções para melhoras, problemas que envolvem diretrizes norte-americanas para o comércio internacional e posicionamentos chineses diante dessas diretrizes elevam as tensões dessa relação. Segundo a revista americana Forbes, a China é 175.6% dependente dos Estados Unidos em relação à necessidade de mercados para exportação de seus produtos (CHANG, Gordon, 2012). Independentemente se essa porcentagem encontra-se viesada por uma visão norte-americana sobre o assunto, o fato é que a relação, em termos econômicos, é passiva de análises diversas.

As relações produtivas entre China e EUA são antigas e hoje podem ser consideradas estruturais, ou seja, de difícil mudança em pouco tempo. O grande fluxo de comércio e a presença de empresas de capital de origem americana produzindo na China demonstram as fortes ligações entre os dois países. As relações entre ambos são muito mais do que apenas comerciais em um sentido estrito (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p.250).

Em relação ao tema abordado no presente estudo, podem-se esperar algumas tensões no que diz respeito a Ásia-Pacífico, pois, conforme veremos a seguir, ambos

os países possuem interesse na região, que é considerada estratégica geograficamente e economicamente, além de ser considerada polêmica, já que envolve disputas territoriais.

2.2 A ESTRATÉGIA DE “ASCENSÃO PACÍFICA” DA CHINA

Em 1978, Deng Xiaoping deu início ao processo de abertura econômica chinês, conhecido como as “Quatro Modernizações”, que visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria e ciência e tecnologia, além de promover a chamada “Política das Portas Abertas”, que se baseava em promover vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para a China.

Com um novo olhar para o plano internacional, agora com objetivos mais ambiciosos, o governo chinês foi crescendo economicamente e ganhando visibilidade a ponto de se tornar a segunda maior economia mundial, ultrapassando o Japão em fevereiro de 2011⁴. Nesse contexto, o país lançou uma expressão que demonstrava qual seria o caminho que o país iria seguir em sua política externa para o século XXI e que, segundo o governo chinês, já descrevia os passos que o país vinha dando: “ascensão pacífica”.

Segundo Glaser e Medeiros, as origens intelectuais do conceito da “ascensão pacífica” estão enraizadas na evolução gradual do processo de reforma da política externa da China, há aproximadamente 25 anos (GLASER, B. S. and Medeiros, E. S., 2007). Todavia, pode-se dizer que o país passou a se preocupar com a formulação de uma nova imagem internacional, principalmente em transmitir o caráter pacífico as ações do país, após o incidente de 1989, na Praça de Tiananmen, onde uma manifestação liderada por estudantes foi reprimida pelo Exército Popular de Libertação, gerando muitas mortes e, conseqüentemente, manchando a imagem da China.

Autores como Wang Jisi acreditam que a primeira aparição da idéia de “ascensão” consta no livro de Yan Xuetong, intitulado “*International Environment for China’s Rise*”, de 1998. Mas, a origem da expressão “ascensão pacífica” em seu sentido completo data de 2002, durante uma viagem de Zheng Bijian – o fundador do termo – vice-presidente do Comitê Central da Escola do Partido Central (*Central Committee’s Central Party School*), aos Estados Unidos para participar do *China Reform Forum*. Esse fórum tinha como um objetivo discutir qual era a imagem norte-americana sobre a emergência da China nas relações globais. (GLASER, p.294). A preocupação chinesa para com a imagem norte-americana de si centrava-se na possibilidade de, em no caso dessa imagem fosse distorcida, deixar as relações sino-americanas prejudicadas e até mesmo atrapalhar a busca chinesa ao status de grande potencia mundial. Na ocasião,

⁴ A idéia das “Quatro Modernizações” foi lançada por Zhou Enlai em 1964, durante o *Third National People’s Congress*, e após a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976, foi retomada por Deng Xiaoping.

Zheng e sua delegação desenvolveram a ideia de “o caminho para o desenvolvimento da ascensão pacífica da China” (WANG, Jisi, 2012).

Alguns outros autores preferem referir-se a origem da expressão como sendo em Novembro de 2003, durante o Fórum de Bo’ao para a Ásia (*Bo’ao Forum for Asia*), como é o caso de Robert L. Suettinger (SUETTINGER, R.L., 2005). Durante o Fórum, Zheng Bijian falou a respeito do “Novo Caminho para a ‘Ascensão Pacífica’ da China” (*New Path for China’s ‘Peaceful Rise’*), no qual explicitou as principais premissas do novo conceito. Elas se resumem em: não buscar a expansão externa; defender a paz, cooperação mútua e desenvolvimento igualitário (GLASER, p.295). Segundo Zheng Bijian,

O fato fundamental é que nos últimos 25 anos, desde a sua reforma e abertura, a China tem delineado uma nova trajetória estratégica que não só atende às suas condições internacionais, mas também está de acordo com a maré do tempo. Este novo caminho permite a ascensão pacífica da China através de uma construção independente do socialismo com características chinesas ao participar, ao invés de isolar-se, da globalização econômica. [...] Temos enfrentado muitos testes. O povo chinês, no entanto, nunca titubeou em sua determinação de abraçar o novo caminho para a ascensão pacífica. Na China de hoje, portanto, a reforma, liberalização e desenvolvimento pacífico estão profundamente enraizados no modo de vida e na cultura, que por sua vez, criaram um ambiente seguro para o caminho estratégico da China para a ascensão pacífica. [...] De um modo geral, nas duas ou três décadas que estão por vir, ou no começo do século XXI, a Ásia irá enfrentar uma oportunidade rara na história para a ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia (ZHENG, 2003, p.14, 16,17).

Na verdade, o que fica evidente é que a “ascensão pacífica” tinha como um principal objetivo desmistificar a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX. Ou seja,

Ao promover o conceito de ‘ascensão pacífica’, os líderes chineses estão, de fato, reconhecendo que eles precisam evitar os tipos de políticas buscadas pelas primeiras potências ascendentes – República de Weimar, Japão Imperial e União Soviética – as quais foram vistas como levando a uma crise sistêmica. Eles querem convencer o mundo de que a China está preparada para fazer parte do sistema internacional sem o desestabilizar. (MOHAN, 2004, p.3700).

O fato é que, embora as várias explicações sobre a ausência do termo “ascensão pacífica” dos discursos oficiais, a ideia que estava intrínseca a esse discurso apenas mudou de nomenclatura para parecer menos pretenciosa. Em 2005, o governo chinês lançou um documento intitulado “O caminho do desenvolvimento pacífico da China” (*China’s Peaceful Development Road*), o qual descrevia quais seriam os principais objetivos do país para o século XXI, ou seja, o caminho que seria percorrido pela

China no próximo século no que diz respeito à política externa. O documento não fala a respeito da “ascensão” chinesa, mas mantém as concepções que faziam parte dela quando lançada em 2003.

Olhando para nossa história, baseando-se na presente realidade e olhando adiante para o futuro, a China irá inabalavelmente seguir o caminho do desenvolvimento pacífico, fazendo grandes esforços para alcançar um desenvolvimento pacífico, aberto, cooperativo e harmonioso. [...] Paz, abertura, cooperação, harmonia e win-win são nossas políticas, nossas ideias, nossos princípios, nossa busca. [...] O caminho do desenvolvimento pacífico da China é um novo começo para a humanidade na busca por civilização e progresso, o caminho inevitável para a China alcançar a modernização, uma escolha séria e uma promessa solene feita pelo governo chinês e pelo povo chinês (CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD, 2005).⁵

O que se pode inferir é que o governo chinês se preocupou em não dar brecha para que tanto estudiosos quanto líderes políticos pudessem argumentar que o país iria desestabilizar a ordem com seu crescimento. A China busca se tornar uma grande potência, mas, de acordo com os discursos referentes à sua política externa, o fará de modo gradual, visando o desenvolvimento dos outros países concomitantemente ao seu. Além do mais, é nítida a ênfase dada a “não pretensão à hegemonia mundial”, tanto no documento acima mencionado, onde se lê essa afirmação por várias vezes, quanto nos discursos que ainda abordavam a expressão da ascensão pacífica. Dessa forma, alguns questionamentos podem ser elaborados com relação à aparição do discurso/conceito/teoria da “ascensão pacífica” e sua conseqüente abolição dos discursos, em favor conceito de “desenvolvimento pacífico”.

2.3 A ESTRATÉGIA DE UM NOVO SÉCULO AMERICANO NA ÁSIA PACÍFICO

Não obstante a formulação de “desenvolvimento pacífico” da China, os Estados Unidos não ficaram inertes à nova proeminência assumida pelo gigante asiático. Nos últimos anos o governo norte-americano explicitou suas intenções em relação à região da Ásia-Pacífico. Por conta disso, a seção deste estudo visa discutir as ações norte-americanas na região e expor as ambições do governo para essa região.

De acordo com Kissinger, “sempre que as entidades que constituem o sistema internacional mudam o seu caráter, segue-se, inevitavelmente, um período de perturbação” (KISSINGER, 2007, p.703). O pós Guerra Fria foi um desses momentos de perturbação e transição, em que se estabeleceram novas diretrizes políticas e econômicas para o sistema mundial. Viu-se o fim da bipolaridade entre Estados Unidos

⁵ A política denominada *win-win* refere-se à ideia de que as relações chinesas visam que tanto o país saia com benefícios quanto àqueles com os quais a China se relaciona. Ou seja, ambos os lados ganham. O verbo ganhar em inglês é *to win*.

e União Soviética e o conseqüente rearranjo do poder mundial, então em favor dos norte-americanos. Diante da dificuldade de se impor um mundo unipolar norte-americano após as guerras do Iraque e do Afeganistão, iniciou-se, então, o processo que tornaria o mundo mais multipolar, dando margem para a emergência de pólos regionais de poder econômico e até mesmo político. Nesse sentido é que se observa o destaque na China como principal pólo asiático, ganhando cada vez mais espaço no cenário internacional.

Segundo Vizontini (2010, p.16), “a China passou a liderar o desenvolvimento da região asiática (e do mundo) e aprofundou um modelo heterodoxo, ambos percebido como uma “ameaça” ao Ocidente, que com eles se relaciona de forma conflitiva e, ao mesmo tempo, simbiótica”. Assim, tal ascensão chinesa não passaria de forma despercebida ao governo norte-americano que, mesmo envolvidos em diversas frentes de guerra, se esforçava para evitar o surgimento de um mundo multipolar, no qual sua posição seria mais modesta (VIZENTINI, 2010). Kissinger (2007, p.703) também advertia para o intento americano de evitar a multipolaridade ao dizer que “o fim da Guerra Fria originou uma tentação ainda maior de reformular o ambiente internacional à imagem da América”. O fato é que a constituição de um mundo multipolar foi inevitável.

Nesse contexto, a região da Ásia-Pacífico tornou-se estratégica, pois se encontra na esfera de influência da China e ao mesmo tempo constitui um emaranhado de conflitos territoriais entre os chineses e seus vizinhos devido aos recursos disponíveis na região. Além disso, há um interesse declarado do governo norte-americano em inserir-se com mais afinco nas questões que envolvem a região, pois também é uma forma de estar mais próximo das articulações chinesas no local e exercer influência sobre os países que ali se encontram.

Recentemente, algumas declarações por parte da Secretaria de Estado do primeiro mandato do presidente Barack Obama, Hillary Clinton, mostram o tamanho do interesse americano na região e suas intenções ali destinadas. Em declarações oficiais de Novembro de 2011, Hillary Clinton, afirmou,

Nos próximos 10 anos, nós precisaremos ser espertos e sistemáticos acerca de onde nós investiremos tempo e energia; assim nos colocaremos nós mesmos em uma melhor posição para sustentar nossa liderança, assegurar nossos interesses e avançar nossos valores. Uma das tarefas principais da política americana para a próxima década será, portanto, concentrar-se em aumentar os investimentos – diplomático, econômico, estratégico e outros – na região da Ásia-Pacífico (CLINTON, 2011).

Hillary ainda afirmou que é fundamental para os interesses econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, que o país aproveite o crescimento e dinamismo da Ásia para abrir novas oportunidades de investimento, comércio e acesso à tecnologia

de ponta, sendo este um dos recursos principais para recuperar a economia doméstica (CLINTON, 2011).

Assim, diante do exposto, fica claro que os Estados Unidos possuem um interesse particular na região e estão dispostos a dispender tempo e dinheiro para estarem mais próximos da Ásia-Pacífico. Sem dúvida, há por parte do governo norte-americano preocupações com a crescente influência chinesa na região e a possibilidade de expansão de seus interesses ali. Conforme mencionado por Hillary Clinton, percebe-se que o governo americano vê na região uma clara oportunidade de expandir suas redes de comércio, alcançando mercados em expansão, sendo esta uma das possibilidades mais reais de melhoria na economia norte-americana que ainda não se reestabeleceu por completo após a crise da bolha imobiliária em 2008. Além do mais, segundo a Secretaria de Estado, “o futuro dos Estados Unidos está intimamente entrelaçado com o futuro da Ásia-Pacífico” (CLINTON, 2011), logo essa, sem dúvida, será uma das principais estratégias de um novo século americano na região.

3 A PARCERIA TRANS-PACÍFICO COMO UMA ESTRATÉGIA DE CONTENÇÃO DA CHINA

Uma importante característica deste começo de século XXI é a emergência política e econômica da região da Ásia-Pacífico, suplantando séculos de supremacia da região do Atlântico Norte. Fatores econômicos como a globalização e as crises financeiras que abalaram a década de 1990 fizeram com que a região passasse a ter uma importância crescente na ordem internacional, principalmente após a crise financeira de 1997 que abalou a região, principalmente os países da ASEAN. Tradicionalmente esta parte do mundo era essencialmente uma área de influência dos Estados Unidos. No entanto, a crise foi um fator decisivo para a busca de um desenvolvimento regional, de maior autonomia e de novas formas de cooperação. Nesse sentido, merece destaque a atuação dos dez países das *Nações do Sudeste Asiático* - ASEAN mais a China, Japão e Coreia, que se tornaram um mecanismo forte cooperação, o ASEAN +3, visando concretizar uma integração na Ásia e também maior autonomia frente a organismos multilaterais.

Com o rápido desenvolvimento econômico da China, o potencial mercado chinês se tornou um atrativo para a mudança dos interesses de Estados e corporações para a Ásia. Ademais, ao aprofundar tendências de integração regional, os países da ASEAN passaram a chamar atenção da comunidade internacional (HUNG e LIU, 2011). Devido ao tamanho de sua população e sua localização estratégica, o Sudeste Asiático se destaca pela ligação dos oceanos Índico e Pacífico através da rota leste-oeste, assim como a rota norte-sul que liga a Austrália e Nova Zelândia ao nordeste da Ásia. Vale ressaltar que por estas rotas a China, Japão e Coreia importam recursos naturais,

em especial petróleo, e exportam para o mundo uma grande quantidade de produtos acabados (HUNG e LIU, 2011).

Apesar da fundação da ASEAN ser datada em 1967, com um forte apoio dos EUA, a partir dos anos 1990 a China intensificou sua relação com o bloco, o que resultou na superação do comércio Estados Unidos-ASEAN, em 2007, quando a China se tornou o maior sócio comercial da organização. Este fato criou preocupação nos círculos de Washington, levando o governo Obama a reafirmar a influência dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico, como forma de participar mais ativamente nos assuntos regionais. Várias medidas estão sendo tomadas como resposta ao crescimento da China e, dentre elas, destaca-se a Parceria Trans-Pacífico (TPP, na sigla em inglês), o que para muitos analistas é uma resposta estratégica que visa à contenção do crescimento chinês.

Dentre aqueles analistas que pensam dessa forma, Shiro Armstrong observa que de acordo com o Relatório da Comissão de Produtividade da Austrália, os benefícios econômicos do TPP seriam fracos, o que indicaria uma natureza mais política do que econômica. A Parceria Trans-Pacífico acabaria assim por se caracterizar como um acordo preferencial excludente, pois um arranjo regional, ao envolver pelo menos uma grande potência mundial, como é o caso dos Estados Unidos, deveria contribuir para um maior desenvolvimento de investimentos e comércio global e não trabalhar de forma a bloquear outras iniciativas regionais em andamento (ASEAN+10) (Armstrong, 2011).

Além de ser apontada como umas das iniciativas de comércio mais importantes na agenda atual dos Estados Unidos, o TPP serviria em grande parte, como estratégia deste país de se inserir cada vez mais no processo de integração econômica do Leste Asiático, obstruindo importantes relações políticas e comerciais, principalmente em uma tentativa de desviar a China na liderança desse processo, o que incluiria o perceptível fortalecimento da ASEAN +3 (Armstrong, 2011). Como uma importante ferramenta de fortalecimento de laços dos Estados Unidos com países da região, o TPP também poderia constranger o desenvolvimento progressivo da China.

Esta discussão sobre o TPP será retomada mais adiante. Por ora, é importante ressaltar, apesar de seu componente fortemente político, que o TPP é mais uma iniciativa da intrincada rede de Acordos e Tratados nos quais estão envolvidos os países da Bacia do Pacífico. Nesse sentido, julgamos conveniente destrinchar este emaranhado de tratados e acordos com vistas refletir sobre a especificidade do TPP e seu impacto sobre o processo de ascensão pacífica da China.

3.1 OS TRATADOS DE LIVRE-COMÉRCIO DA ÁSIA-PACÍFICO

A região da Ásia é caracterizada por “várias arquiteturas regionais sobrepostas” competindo potencialmente nos aspectos tanto econômicos quanto estratégicos. Estas podem ser reunidas em dois grupos: (a) da região da Ásia-central, na qual os Estados Unidos busca uma maior participação para seu envolvimento regional e (b) da região da bacia do Pacífico que inclui nações de ambos os lados do Oceano (FERGUSSON, Ian; VAUGHN, Bruce, 2011). Na região do Sudeste e do Oriente da Ásia central concentra-se a ASEAN+ 3 (no qual estão incluídos os países membros da ASEAN mais China, Japão e Coreia do Sul) e a ASEAN+ 6 (além dos membros ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul, acrescenta-se Índia, Austrália e Nova Zelândia) que também é conhecida como East Asia Summit (EAS) ou Cúpula do Leste Asiático. Já no grupo comercial mais abrangente da Ásia-Pacífico, a *Asia Pacific Economic Cooperation* (APEC), com seus vinte e um membros, incluindo os Estados Unidos, propôs em 2006 na reunião APEC em Hanoi, uma região de livre comércio da Ásia Pacífico, a *Free Trade Area of the Asia Pacific* (FTAAP), (FERGUSSON, Ian; VAUGHN, Bruce, 2011). As negociações se tornaram difíceis devido à paralização das negociações comerciais da Rodada de Doha e ao declínio do comércio mundial em decorrência da crise financeira de 2008/2009. Posteriormente a isso, houve uma proliferação de acordos bilaterais e multilaterais de livre comércio em todo o mundo, também na região da Ásia Pacífico e, em especial, na Ásia Oriental, onde há um rápido crescimento do comércio a partir da ideia de regionalismo aberto.

É importante observar que após a crise asiática de 1998/1999, as primeiras discussões de acordos referentes a uma zona de livre comércio na Ásia Oriental ocorreram no ano de 2001, como a *ASEAN+3 Economic Ministers* (AEM 3) em uma reunião na Indonésia que resultou na proposta conjunta da China e Japão de estabelecer uma zona de livre comércio no leste da Ásia, o *East Asia Free Trade Area* (EAFTA), o qual cobriria bens, serviços e investimentos (AUSTRALIAN GOVERNMENT). Em 2006, houve uma proposta do governo japonês de se estabelecer uma parceria econômica abrangente para o leste da Ásia ou *Comprehensive Economic Partnership for East Asia* (CEPEA) para a cooperação comercial entre os países da ASEAN+ 6. Adicionalmente, o TPP apareceu como uma das soluções para promover avanços onde a FTAAP não conseguira até então.

Nesta seção serão abordados de forma panorâmica alguns tratados de livre comércio na região da Ásia Pacífico que estão em vigor e que foram notificados à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em seguida, nos deteremos na TPP e suas especificidades.

3.1.1 ASEAN FREE TRADE AREA (AFTA)

Sua assinatura data de 28 de janeiro de 1992 em Singapura pelos seis primeiros membros do bloco comercial da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), sendo eles, Malásia, Filipinas, Indonésia, Brunei, Singapura e Tailândia. É caracterizado pela tentativa de apoio à produção local nos países sócios da ASEAN. Até o final dos anos 1990, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja aderiram à ASEAN e assinaram o acordo AFTA que tem por objetivos principais: atração de investimentos estrangeiros para a ASEAN e a eliminação de tarifas para aumentar a competitividade baseado na produção de mercado mundial, no âmbito da ASEAN. Não há uma tarifa externa comum para mercadorias produzidas fora da ASEAN, porém, entre os produtos de origem dentro do bloco comercial, uma tarifa reduzida deve ser aplicada e deverá ser de 0% a 5%, regra esta conhecida por *The Common Effective Preferential Tariff* (CEPT).

Com a redução de tarifas intra-regionais sob o regime CEPT, há uma intenção de atrair potenciais investidores e, para isso, foram revistas as “Regras de procedimentos da certificação operacionais e de origem CEPT” (ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASEAN NATIONS) que incluem métodos padronizados de cálculo de custos, entre outros, que foram revistos e implementados no ano de 2004. A administração AFTA conta com autoridades respectivas a cada membro da ASEAN e o secretariado deste bloco comercial visa inspecionar o cumprimento das medidas do acordo, porém, sem concentrar força de imposição do cumprimento destas.

3.1.2 ASIA PACIFIC TRADE AGREEMENT (APTA)

Assinado em 1975, o acordo tarifário preferencial antes conhecido como *Bangkok Agreement*, foi renomeado em 2005 sob a iniciativa da organização da Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) e visa promover o comércio intra-regional através de trocas e concessões mútuas entre os países membros, sendo eles: Bangladesh, China, Índia, Coreia do Sul, Laos e Sri Lanka. Ressalta-se que a Mongólia está em processo de adesão ao acordo (UNITED NATIONS ESCAP - *The Asia-Pacific Trade Agreement*). A ESCAP atua como cooperador da Organização das Nações Unidas para a região da Ásia-Pacífico, sendo composta por 62 Estados-membros que engloba uma região que possui em média 4,1 bilhão de pessoas, configurando-se como o maior órgão de atuação das Nações Unidas que atende a região. Seu objetivo é promover fóruns para os Estados-membros cooperando regionalmente na construção do desenvolvimento econômico das nações, bem como a equidade social, fornecendo assistência técnica e capacitação em diversas áreas (UNITED NATIONS ESCAP - *About ESCAP*).

O APTA tem como características a livre adesão dos membros em desenvolvimento da ESCAP e abrange as regiões do leste, sudeste e sul da Ásia. Potencialmente tem condições de extensão a outras sub-regiões, além de ser apontado como “um veículo para o futuro da integração” (UNITED NATIONS ESCAP - *The Asia-Pacific Trade Agreement*).

3.1.3 NORTH AMERICAN FREE TRADE AGREEMENT (NAFTA)

O acordo de livre-comércio envolve o Canadá, México e Estados Unidos e tem como finalidades, desde sua vigência em 1994, a eliminação de barreiras alfandegárias, promoção de uma justa competição na área de livre-comércio estabelecendo condições viáveis, assim como oferecendo oportunidades crescentes de investimento dos países associados, proteção e garantia de direito intelectual e facilitação no intercâmbio de produtos e serviços entre os territórios dos países participantes do acordo, promovendo cooperações regionais, multilaterais e trilaterais. Estima-se que este acordo produziu 17 trilhões de dólares em bens e serviços e o comércio entre os países sempre foi crescente, desde a vigência do acordo em 1994. As exportações para os países NAFTA, de origem estadunidense, totalizaram em 2010 411,5 bilhões de dólares, o que significou um aumento de 23% em relação ao ano de 2009. Pode-se observar que “as compras governamentais NAFTA não se resumem a produtos e engloba contratos de serviços e de construção a nível federal” ⁶.

3.1.4 ALIANZA DEL PACÍFICO (ALIANÇA DO PACÍFICO)

Estabelecido, em 27 de abril de 2011, a Aliança do Pacífico caracteriza-se por um bloco político e econômico que procura promover a cooperação e integração entre os seguintes países: Chile, Colômbia, México e Peru. Os objetivos são concentrados principalmente na livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, fazendo um contrapeso ao bloco MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), atualmente considerado o maior bloco econômico e mais bem integrado na região. Os trabalhos sob a supervisão de grupos técnicos como o Grupo de Alto Nível (GAN), que se originaram mediante a Declaração de Lima, buscam estimular a integração regional, facilitando o comércio e cooperação aduaneira e o trânsito migratório, além de procurar possibilitar soluções de diferenças desenvolvendo “proteção e relacionamento externo com outros organismos e grupos regionais, em especial da Ásia Pacífico” (ACUERDOS COMERCIALES DEL PERU - *Alianza del Pacífico*).

⁶ Informações disponíveis em: <<http://export.gov/FTA/nafta/index.asp>>. Acesso em: 03/12/2012.

3.1.5 SOUTH ASIAN FREE TRADE AREA (SAFTA)

O acordo SAFTA (SOUTH ASIAN ASSOCIATION FOR REGIONAL COOPERATION - *South Asian Free Trade Área*) foi assinado em 6 de janeiro de 2004 em Islamabad, no Paquistão, durante a 12ª *South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC) Summit* e compreende os seguintes Estados contratantes: Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka. Este acordo tem como objetivo promover o aumento do nível de cooperação comercial e econômica entre as nações constituintes com a redução de barreiras comerciais e tarifas e beneficiar as “nações menos desenvolvidas” que constituem a SAARC estabelecendo áreas de preferências tarifárias. Em janeiro de 2006 o acordo entrou em vigência e, em julho do mesmo ano, o Programa de Liberalização do Comércio (TLP) teve seu início. O Conselho Ministerial SAFTA (SMC) foi estabelecido logo em seguida e conta com os ministros de comércio dos Estados membros e tem auxílio do Comitê de Peritos SAFTA (SCOE). O SMC deve se reunir pelo menos uma vez a cada ano, ou quando se julgar necessário.

3.1.6 U.S –KOREA FREE TRADE AGREEMENT (FTA KORUS)

Trata-se de um acordo de livre comércio entre Estados Unidos e a República da Coreia realizado em 30 de junho de 2007. O Congresso estadunidense aprovou o acordo em 12/10/2011, e no dia 22/11/2011, foi aprovado pela Assembleia Nacional da Coreia. Este referido acordo entrou em vigor em março de 2012 e é considerado “o acordo mais importante de livre comércio em quase duas décadas” (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - U.S. – *Korea Free Trade Agreement: New Opportunities for U.S. Exporters Under the U.S. – Korea Trade Agreement*). Desta forma, há inúmeras oportunidades para os exportadores dos Estados Unidos venderem bens, serviços e produtos agrícolas para os coreanos.

De acordo com as informações encontradas no site do Escritório Executivo do Presidente dos Estados Unidos” (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - U.S. – *Korea Free Trade Agreement: New Opportunities for U.S. Exporters Under the U.S. – Korea Trade Agreement*), sob o tratado de livre comércio, 80% das exportações para a Coreia de produtos de consumo e industriais serão *duty free*, dentro de um período de cinco anos e as demais tarifas serão eliminadas após dez anos, a partir da data de vigência do acordo. Ainda de acordo com essas informações, o tratado em questão abordará barreiras não tarifárias em ampla gama de setores e ainda inclui fortes disposições sobre políticas de trabalho, meio ambiente e de concorrência. Um dos mais importantes objetivos do FTA KORUS concentra-se na solidificação de laços

estratégicos entre os dois países, além de consolidar o compromisso de envolvimento dos Estados Unidos na região da Ásia Pacífico.

Conforme se pode constatar dessa miríade de acordos, a questão do comércio vem em primeiro lugar, superando eventuais divergências políticas e ideológicas. No entanto, conforme veremos a seguir, a Parceria Trans-Pacífico é menos pragmática neste aspecto, incluindo determinadas condicionalidades que são excludentes a alguns países.

3.2 A ORIGEM DO TPP

O *Trans-Pacific Partnership* ou a Parceria Trans-Pacífico (TPP) é um acordo de livre comércio que tem basicamente como objetivo expandir de forma mais eficiente o fluxo de bens, serviços e capitais entre as fronteiras. As discussões acerca da criação de uma parceria estratégia na região da Ásia Pacífico, tomaram forma no ano de 2005 e teve como países fundadores do TPP a Nova Zelândia, Chile, Singapura e Brunei. Vale ressaltar que alguns autores (LI, Chunding; WAHLLEY, John, 2012) apontam o cerne das negociações já no ano de 2002, quando os líderes do México, Chile, Singapura e Nova Zelândia, grupo este conhecido primeiramente como *Pacific Three Closer Economic Partnership* (P3-CEP), participavam da reunião APEC ocorrida naquele ano, em Los Cabos, no México. Brunei participou da Quinta Rodada de Negociações, em Abril de 2005, quando foi formado o bloco comercial conhecido como *Pacific-4* (P4). O desenrolar das negociações chamou a atenção de outros cinco países que acabaram por aderir à parceria, são eles: Estados Unidos, Austrália, Peru, Vietnam e Malásia. Canadá e México aparecem como possíveis negociadores no TPP e estarão sujeitos à aprovação dos demais países membros para sua adesão.

De acordo com as informações do site canadense CBC News (CBC News: *What is the Trans-Pacific Partnership?*), a Parceria Trans-Pacífico tem suas raízes na APEC, onde os quatro países fundadores do TPP iniciaram as conversações sobre formas de desenvolver mais eficazmente muitos dos seus objetivos. Logo de início, os objetivos declarados do TPP estariam relacionados a tornar mais ágeis os processos da APEC de liberalização comercial e de abertura para novos investimentos, estabelecendo uma zona de livre comércio. O interesse do presidente Barack Obama de levar os Estados Unidos às negociações do TPP, baseado no objetivo de moldar um amplo pacto regional de alto padrão, foi notificado ao Congresso norte-americano pelo embaixador Ron Kirk em setembro de 2009 (Office of the United States Trade Representative - *Trans-Pacific Partnership Announcement*). A primeira rodada de negociações pelos membros atuais ocorreu em Melbourne, na Austrália, em março de 2010 e, em 12 de novembro de 2011, as lideranças dos nove países anunciaram a realização das linhas gerais do acordo TPP para o século XXI, anunciando perspectivas de “melhorar o comércio e os

investimentos entre os parceiros TPP, promover a inovação, o crescimento econômico e o desenvolvimento, e apoiar a criação e manutenção de postos de trabalho” (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - *Outlines of the Trans-Pacific Partnership Agreement*).

É interessante notar que nenhum país do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é integrante do TPP, mesmo aqueles que pertencem à APEC, como China e Rússia. Devido às constantes manifestações estadunidenses acerca de uma possível não aplicabilidade dos Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) por parte do governo chinês, o que afeta a operação de empresas norte americanas instaladas em território da China, a não inclusão do país nas negociações do acordo TPP, entre outros argumentos, reforça a possibilidade de que o maior objetivo estratégico da Parceria Trans-Pacífico seja o de isolar e conter a presença da China na região de maior dinamismo econômico (THE UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO) - *Filing a New International Application – United States Patent and Trademark Office*).

3.2.1 OS PROPÓSITOS DO TPP

Dentre as questões principais da parceria TPP, de acordo com Escritório Representativo de Comércio dos Estados Unidos (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE - *Outlines of the Trans-Pacific Partnership Agreement*), estão:

- Eliminação de tarifas e outras barreiras ao comércio de bens e serviços e de investimentos para a criação de novos postos de trabalhos e novas oportunidades para empresas, objetivando resultados benéficos aos consumidores;
- Desenvolvimento da produção e cadeias de abastecimento entre os membros do TPP visando elevação dos padrões de vida, geração de emprego, bem-estar e crescimento sustentável dos países;
- Edificar os trabalhos em processo nos Fóruns da APEC e outros, dando seguimento a novos temas transversais, que são os seguintes: 1)Regulamentação do comércio entre os países objetivando uma maior eficácia; 2)Promover a competitividade nacional e regional da economia de cada país membro do TPP, garantindo a criação de empregos e a integração econômica com cadeias de abastecimento; 3)Incentivo às pequenas e médias empresas referentes aos acordos comerciais, auxiliando e criando incentivos para o comércio internacional; 4)Desenvolvimento econômico como resultado da liberalização abrangente do mercado, reforçando melhorias no comércio, entre outros compromissos, e auxiliando todos os países – membros

do TPP na implementação do acordo com o objetivo de realizar plenamente seus benefícios, o que servirá para fortalecer as instituições importantes para o desenvolvimento econômico e de governança.

Ainda de acordo com o Escritório Representativo de Comércio dos Estados Unidos, os grupos de negociação desenvolveram textos jurídicos consolidados em algumas áreas. Apesar de estarem quase completos em alguns quesitos, em outros, é necessário mais trabalho para finalizar o texto sobre questões específicas para se pretender cobrir todos os aspectos das relações comerciais entre os países TPP. As questões em negociação tratam da concorrência equitativa das empresas, da cooperação e capacitação durante e após as negociações como suporte aos países TPP, assim como a base legal dos serviços fronteiriços para a garantia de mercados justos, abertos e transparentes para o comércio, preservando o direito dos governos de regulação do interesse público.

Acrescenta-se também, a adoção de procedimentos aduaneiros que pretenderão a previsibilidade e transparência, o que agilizará e facilitará o comércio, além de uma possível contribuição para melhorias na produção regional, bem como buscar resultados significativos sobre a questão do meio ambiente, criando condições para resolução de desafios ambientais. Também outras questões, como a melhora da transparência nos serviços financeiros relativos aos investimentos em instituições financeiras e de comércio fronteiriço que visa garantir e proteger a estabilidade dos mercados financeiros no caso de uma crise, além da clareza dos contratos públicos e da propriedade intelectual, que pretende reforçar os acordos da Organização Mundial do Comércio acerca dos direitos e obrigações referentes a *Trade-Related Aspects of Intellectual Property* (TRIPS) ⁷, com abordagem de forma eficaz dos direitos de propriedade intelectual entre os países do TPP, compartilhando o compromisso da Declaração de Doha sobre saúde pública e TRIPS.

A proteção dos direitos laborais e a cooperação e diálogo referentes às questões trabalhistas, também mereceram um capítulo nos textos legais, além do estabelecimento de princípios e obrigações concernentes ao comércio de bens, considerando propostas relacionadas à concorrência de exportação agrícola e segurança alimentar. Um conjunto comum de regras de origem de produtos da região TPP será determinado, bem como normas sanitárias e fitossanitárias que resguarde a saúde animal e vegetal, contribuindo ao comércio entre os países no quesito da segurança alimentar, além dos direitos e obrigações sobre barreiras técnicas no âmbito da OMC, facilitando mais uma vez o comércio entre os países TPP e ainda a promoção da concorrência nos mercados das operadoras de telecomunicações em suposto benefício dos consumidores e empresas, a proteção especial, regras de origem, fiscalização e cooperação aduaneira no mercado

⁷ O acordo internacional TRIPS é administrado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e estabelece padrões mínimos para diversas formas de Propriedade Intelectual (IP). Foi negociado na década de 1990 na Rodada Uruguai. Maiores informações no site *World Trade Organization*: <http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/t_agm0_e.htm>. Acesso em: 26/11/2012.

de têxteis e de vestuários, além do comércio de remédios sob direitos e obrigações da OMC, considerando principalmente, a transparência nos devidos processos legais.

De acordo com Armstrong (2011), as normas do TPP têm padrões bastante rigorosos, principalmente devido às pressões de grupos industriais norte-americanos, que têm garantido seus direitos legais em contraposição à fiscalização governamental em regular as atividades empresariais, principalmente no que se refere aos direitos de propriedade intelectual. Segundo o autor, as negociações de proteção ao DPI no acordo TPP, por exemplo, por serem demasiadamente restritivas, prejudicam os países em desenvolvimento que participam do acordo e também a inserção de outros países até mesmo considerados desenvolvidos no grupo e, além disso, impede a inovação e o acesso equitativo aos medicamentos genéricos. Armstrong observa que os Estados Unidos têm usado a estratégia de criar um “efeito-dominó” de países que querem se candidatar à adesão do acordo, o que faz parecer o TPP mais promissor do que a perspectiva de assinatura de acordos bilaterais com os países asiáticos.

Outra observação que Shiro Armstrong (2011) faz é referente às controvérsias já criadas em torno das negociações TPP com o vazamento de numerosas propostas dos Estados Unidos sobre regras de patentes⁸. Este documento envolve informações confidenciais TPP sobre novas e rígidas regras de patentes, direitos autorais, marcas comerciais, nomes de domínio, indicadores geográficos, regulamentação de testes para medicamentos e produtos agrícolas, entre outros. Aliás, estão inclusos também as sanções penais a serem aplicadas contra os infratores.

Dentre muitas controvérsias, as possíveis contribuições do TPP recaem sobre alguns dos propósitos já citados anteriormente, no que tange a concretização de uma possível integração regional, a redução da burocracia aduaneira com a adoção de regulamentações através de incentivos à cooperação entre os órgãos reguladores, assim como a execução dos processos administrativos de forma transparente.

3.3 A PARCERIA TRANS-PACÍFICO E A CHINA

A iniciativa TPP não conta com a participação da China, apesar de sua grande relevância política e econômica na região da Ásia Pacífico. Para analisar o quão essa iniciativa afetará a China e outros países não participantes do acordo de livre comércio, assim como entre os países membros, Li e Whalley (2012) desenvolveram uma simulação numérica dos efeitos envolvidos e produziram relatórios com resultados de simulação para seis diferentes cenários, alguns deles considerando: (a) Efeitos potenciais do TPP sobre a China e outros países (membros e não membros); (b) Efeitos do TPP

⁸ Maiores informações no site Knowledge Ecology International: < www.keionline.org/node/1091 >.

com a eliminação de barreiras não tarifárias; (c)Efeitos quando o Japão aderir acordo TPP e (d)Efeitos com a China se tornando membro TPP. Em suas conclusões, os autores revelaram que os acordos TPP irão prejudicar a China e outros países não membros do TPP, entre estes o Japão e os demais países do globo, porém, beneficiarão os países membros. Se o Japão aderir ao TPP, os efeitos negativos sobre a China serão ainda maiores e os efeitos positivos serão observados somente entre os membros. Se a China se juntar à iniciativa TPP, todos os países do TPP seriam beneficiados, diferentemente dos demais países do mundo. Ao fazer a comparação entre os arranjos de livre comércio globais com o acordo regional de livre comércio, o TPP, os primeiros tendem a beneficiar todos os países, diferentemente do TPP, que somente possibilitará benefícios aos países membros, além de prejudicar os demais. Desta forma, a Parceria Trans-Pacífico pode ser apontada como um instrumento regional para garantir um protecionismo comercial. Considerando de que não há indicação de qualquer intenção de atrair a China para envolvimento nos processos TPP, os danos não serão somente dos chineses, mas também de seus parceiros na região.

Uma possível reação chinesa à tentativa de contenção por parte dos Estados Unidos e a TPP pode se concentrar na tentativa de concretizar as negociações de um acordo comercial de livre comércio entre China, Japão e República da Coreia. O Japão e a Coreia do Sul têm grande vantagem competitiva em indústrias e capital intensivo e tecnologia e os três países são importantes parceiros comerciais (CHINA DAILY - *The benefits of an FTA for Asia*). Os países iniciaram os diálogos acerca da criação de um Tratado de Livre Comércio (TLC) em maio de 2012, devido ao fato das primeiras negociações realizadas em 2002 terem sido frustradas e a expectativa é de que a primeira rodada de negociações se realize logo no início do ano de 2013. Apesar desse tratado ainda não ter se iniciado, o volume de comércio bilateral entre China e Japão só tem aumentado, apesar das relações comerciais entre os dois países terem sido afetadas em parte pela “compra” das Ilhas *Diaoyu* ou *Senkako* pelo governo do Japão. Além de ser importante para a China frente às negociações TPP, o acordo trilateral será importante para o Japão alavancar sua economia.

Outra iniciativa recente para expansão comercial na Ásia, porém, com o intuito de criar bases para que os países da ASEAN possam aderir aos acordos de alto padrão TPP, sob a liderança dos Estados Unidos, é o *US-ASEAN Expanded Economic Engagement* (E3 Initiative); (THE WHITE HOUSE - *Fact Sheet: The U.S. –ASEAN Expanded Economic Engagement (E3) Initiative*). Esta ação foi saudada pelos líderes ASEAN 10 na Reunião US-ASEAN, que aconteceu no Camboja, em novembro de 2012. Esta iniciativa visa uma maior cooperação econômica entre os Estados Unidos e a ASEAN. O conjunto de ações pretende expandir o comércio e o investimento e fortalecer o trabalho conjunto com a E3, com o apoio da Agência dos Estados Unidos

para o Desenvolvimento Internacional (USAID), facilitando a capacitação dos países membros ASEAN para alcançar uma maior integração buscando a construção da Comunidade Econômica da Asean para 2015⁹. A iniciativa E3 parece ter uma vantagem significativa sobre as negociações TPP pelas perspectivas de progresso rápido, devido as suas características, e de poder ser facilmente expandida (EASTASIAFORUM - *US Commits to ASEAN Integration*). Desta forma, o governo americano desenha mais uma estratégia de construção da cooperação econômica com a ASEAN, conquistando cada vez mais espaço na Ásia Pacífico frente à importância chinesa na região.

Na avaliação de Armstrong (2011) existe um risco político no sentido de a Parceria Trans-Pacífico dividir a região da Ásia Pacífico, deixando a China excluída dessa dinâmica (EAST ASIA FORUM - *China's participation in the Trans-Pacific Partnership*). O interesse norte-americano na adesão do Japão ao TPP estaria vinculado a um fortalecimento de uma aliança econômico-política para contrabalançar a influência chinesa na região. Bernard Gordon (2011) defende que o sucesso econômico do TPP dependerá da participação japonesa nas negociações, já que o país é um grande importador de bens e serviços norte-americanos, além de produtos de tecnologia avançada e de biotecnologia (FOREIGN AFFAIRS - *The Trans-Pacific Partnership and the Rise of China*). Para Gordon (2011), “as nações da região não precisam sucumbir à inevitabilidade de um Pacífico dominado pela China” e ainda conclui que uma parceria, como a Trans-Pacífico, composta pelos Estados Unidos, Japão e Austrália mais as economias menores do grupo, representaria “uma alternativa mais saudável e um passo em direção a um equilíbrio clássico de poder”. Em contrapartida Gregory Clark (IN: THE JAPAN TIMES ON LINE - *TPP: APEC's anti-China son?*, 2011) acredita que a China é um país crucial para o futuro da Ásia e salienta que a parceria em questão é um instrumento de que visa conter o crescimento chinês, além de excluir o país de um bloco comercial importante, assim como foi o objetivo precursor do agrupamento da *Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico* (APEC).

Vale ressaltar que as dificuldades de uma possível adesão da China nas negociações TPP seriam as condicionalidades impostas pelos Estados Unidos, conforme salientamos anteriormente, relacionadas com o cumprimento de normas trabalhistas e associação sindical, de meio ambiente e de propriedade intelectual.

De acordo com Guoyou e Wen (2012), há pontos de vista divergentes entre analistas políticos e estudiosos acerca dos resultados da efetivação do TPP, pois alguns acreditam na possibilidade da construção crescente de uma política pró-Estados Unidos na região por parte de alguns países membros da ASEAN, assim como de seus aliados, o que serviria de suporte para os interesses estadunidenses na Ásia Pacífico,

⁹ Site USAID: <<http://www.usaid.gov/>>. Acesso em: 11/12/2012.

somados a uma crescente rejeição à China entre seus países vizinhos, principalmente se o Japão aderir às negociações, acirrando cada vez mais uma relação política e comercial competitiva já existente entre estes dois países.

Por outro lado, Guoyou e Wen (2012) comentam que há uma corrente de pensamento que supõe que o TPP não impactará a China de forma negativa, pois há uma dependência econômica regional com o país, além da existência de crescentes mecanismos de cooperação econômica. Os autores em questão observam que existem receios tanto econômicos quanto estratégicos em diferentes graus por parte dos países da ASEAN com relação ao desenvolvimento da China: o seu poderio político e econômico regional e global somados a ressentimentos históricos que acabam por exacerbar esses receios, principalmente no que se refere às tensões territoriais no Mar do Sul da China.

Como forma de conter possíveis conflitos, o governo chinês procura, entre outras medidas, construir laços políticos com os países vizinhos, oferecendo benefícios por meio aos acordos de livre comércio, como os tratados bilaterais e multilaterais assinados pela China com diversos países e regiões como Nova Zelândia, Taiwan, ASEAN+ 3, Paquistão, Chile, Singapura, Peru e Costa Rica. No entanto, os passivos políticos como as disputas territoriais tendem a acirrar rivalidades, estimulando alianças insólitas, como a de Estados Unidos e Vietnã frente a demandas territoriais chinesas no Mar da China Meridional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às questões colocadas neste presente estudo, não é de se estranhar que logo após a sua reeleição para Presidente dos Estados Unidos em 2012, Barack Obama tenha feito sua primeira viagem ao Sudeste Asiático (*NEW YORK DAILY NEWS - Obama visits Asia for first international trip since reelection*). Com a crescente importância da China na Ásia Oriental, os Estados Unidos perdeu espaço nessa região, enquanto a China ampliou sua influência econômica em todo o globo.

Com o anúncio da continuidade das negociações do acordo TPP pelos Estados Unidos, a fim de estabelecer uma zona de livre comércio com a exclusão da China, e com o reforço dos laços com países cruciais da região, somados ao apoio explícito às posições dos países vizinhos da China nas questões territoriais, pode-se concluir que a China deve buscar mecanismos de reposta às questões aqui apresentadas.

A iniciativa TPP além de possivelmente conter o crescimento da China, pode impactar todos os esforços de integração econômica que estão sendo negociados na Ásia, como os acordos de livre comércio, não somente por suas normas rígidas e sectárias, como por também caracterizar-se por um acordo elitizado baseado num

mecanismo regional de protecionismo comercial. Além de maximizar os interesses estadunidenses, o grupo TPP também exclui as maiores economias emergentes, pois nenhum país do grupo BRICS como China e Rússia estão envolvidos nas negociações. Para garantir que o TPP não desvie o comércio global sob sua perspectiva, será importante a concretização das negociações entre China, Japão e Coreia do Sul, o que poderá reforçar seus laços políticos e econômicos, além de os países do grupo BRICS procurar uma aceleração no desenvolvimento de suas relações, possibilitando a inclusão das economias emergentes, fornecendo assim um comércio alternativo e fortemente estruturado fazendo contraposição ao TPP. Além da necessidade de um ambiente de integração econômica e política, essas medidas, entre outras, poderão equilibrar as relações mundiais que podem ser dominadas pela parceria Trans-Pacífico.

5 REFERÊNCIAS

- ACUERDOS COMERCIALES DEL PERU. *Alianza del Pacífico*. Disponível em: <http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=166&Itemid=185>. Acesso em: 02/12/2012.
- ARMSTRONG, Shiro. *Australia and the Future of the Trans-Pacífico Partnership Agreement*. In: Eaber Working Paper Series. East Asian Bureau of Economic Research:Beijing, 2011. Paper nº 71.
- ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASEAN NATIONS. *ASEAN Free Trade Area (AFTA Council)*. Disponível em: <<http://www.asean.org/communities/asean-economic-community/category/asean-free-trade-area-afta-council>>. Acesso em: 05/12/2012.
- AUSTRALIAN GOVERNMENT: *Department of Foreign Affairs and Trade*. Disponível em: <<http://www.dfta.gov.au/fta/rcep/downloads/rcep-background-paper-background.pdf>>. Acesso em: 14/11/2012.
- CARVALHO, Cecília; CATERMOL, Fabrício. *As relações econômicas entre China e EUA: Resgate histórico e implicações*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252. Junho, 2009.
- CBC NEWS: *What is the Trans-Pacífico Partnership?* Disponível em: <<http://www.cbc.ca/news/world/story/2012/06/20/f-trans-pacific-partnership-explained.html>>. Acesso em: 28/11/2012.
- CHANG, Gordon. *China Is 175.6% Dependent on the U.S.* Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/gordonchang/2012/01/22/china-is-175-6-dependent-on-the-u-s/>>. Acesso em: 10/12/2012.
- CHINA DAILY. *The benefits of an FTA for Asia*. Disponível em: <http://www.usa.chinadaily.com.cn/opinion/2012-12/13/content_16012372.htm>. Acesso em: 10/12/2012.
- CHINA'S PEACEFUL DEVELOPMENT ROAD. 2005. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/features/book/152684.htm>>. Acesso em: 05/03/2012.
- CLINTON, Hillary. 2011. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century>. Acesso em: 27/11/ 2012.
- EAST ASIA FORUM: *China's participation in the Trans-Pacífico Partnership*. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2011/12/11/china-participation-in-the-trans-pacificpartnership/>>. Acesso em: 21/11/2012.

EAST ASIA FORUM: *US Commits to ASEAN Integration*. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2012/11/25/us-commits-to-asean-integration/>>. Acesso em: 27/11/2012.

EXPORT.GOV. *The North American Free Trade Agreement (NAFTA)*. Disponível em: <<http://export.gov/FTA/nafta/index.asp>>. Acesso em: 03/12/2012.

FERGUSSON, Ian; VAUGHN, Bruce. *The Trans-Pacific Partnership Agreement*. Washington DC: Congressional Research Service. December 12, 2011. R40502. Disponível em: <www.fas.org/crs/row/R40502.pdf>. Acesso em: 29/11/2012.

FOREIGN AFFAIRS: *The Trans-Pacific Partnership and the Rise of China*. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/136647/bernard-k-gordon/the-trans-pacific-partnership-and-the-rise-of-china>>. Acesso em: 14/11/2012.

GLASER, B. S. and Medeiros, E. S. *The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of "Peaceful Rise"*. The China Quarterly, 190, June 2007, p.291-310.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Editora Gradiva. 3ª Edição. Lisboa, 2007.

LI, Chungding; WAHLLLEY, John. *China and the TPP: A numerical Simulation Assessment of the Effects Involved*. NBER Working Paper Series. Cambridge, May 2012. Working Paper 18090. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w18090>>. Acesso em: 28/11/2012.

MOHAN, C. R. *China's "Peaceful Rise": The Ryme of the Ancient Mariner*. Economic and Political Weekly. Vol. 39. Nº. 33, p. 3.669-3.702, 2004. Disponível em:< <http://www.jstor.org/pss/4415413>>. Acesso em: 11/11/2012.

MORRISON, Wayne M. *China-US Trade Issues*. CRS Report for Congress. Congressional Research Service. Maio, 2012. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33536.pdf>>. Acesso em: 12/11/2012.

NEW YORK DAILY NEWS. *Obama visits Asia for first international trip since reelection*. Disponível em:<<http://www.nydailynews.com/news/politics/obama-swing-asia-reelection-article.1.1203693>>. Acesso em: 20/11/2012.

NIXON, Richard. *Joint Communiqué of the People's Republic of China and the United States of America. Shanghai*. Fevereiro, 1972. Disponível em: <http://www.china.org.cn/world/china_us_facts_2011/2011-07/11/content_22966711.htm> Acesso em: 15/12/2012.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *Trans-Pacific Partnership Announcement*. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/about-us/press-office/press-releases/2009/december/trans-pacific-partnership-announcement>>. Acesso em: 02/12/2012.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *U.S. – Korea Free Trade Agreement: New Oportunities for U.S. Exporters Under the U.S. –Korea Trade Agreement*. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/korus-fta>>. Acesso em: 20/10/2012.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *Outlines of the Trans-Pacific Partnership Agreement*. Disponível em: <<http://www.ustr.gov/about-us/press-office/fact-sheets/2011/november/outlines-trans-pacific-partnership-agreement>>. Acesso em: 20/10/2012.

SHIJIAN, Zhou. *China-US economic relations: accords and discords*. 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.china.org.cn/opinion/2012-02/27/content_24744473.htm> Acesso em: 15/12/2012.

SOUTH ASIAN ASSOCIATION FOR REGIONAL COOPERATION. *South Asian Free Trade Area*: Disponível em: <http://www.sarc-sec.org/areaofcooperation/detail.php?activity_id=5>. Acesso em: 02/12/2012.

SUETTINGER, R.L. *The Rise and Descent of "Peaceful Rise"*. China Leadership Monitor. Número 12. 2005. Disponível em: <<http://weblog.leidenuniv.nl/media/blogs/76061/kijkenaardepers/archives/zheng%20bijian.pdf>>. Acesso em: 14/10/2012.

THE JAPAN TIMES ON LINE: *TPP: APEC's anti-Chinese?* Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/text/eo20111130gc.html>>. Acesso em: 10/11/2012.

THE UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE (USPTO). *Filing a New International Application – United States Patent and Trademark Office*. Disponível em: <www.uspto.gov/patents/process/file/efs/guidance/indexing-pct-new-appl.pdf>. Acesso em: 13/11/2012.

THE WHITE HOUSE. *Fact Sheet: The U.S. –ASEAN Expanded Economic Engagement (E3) Initiative*. Disponível em: <www.whitehouse.gov/the-press-office/2012/11/19/fact-sheet-us-asean-expanded-economic-engagement-e3-initiative>. Acesso em: 22/11/2012.

THORNTON, J.L. *China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004*. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 12/11/2012.

UNITED NATIONS ESCAP. *About ESCAP*. Disponível em: <<http://www.unescap.org/about/>>. Acesso em: 04/12/2012.

UNITED NATIONS ESCAP. *The Asia-Pacific Trade Agreement*: Disponível em: <<http://www.unescap.org/tid/apta.asp>>. Acesso em: 03/12/2012.

U.S. AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.usaid.gov/>>. Acesso em: 11/12/2012.

VIZENTINI, Paulo. *Introdução: O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade*. In: *Neohegemonia Americana ou multipolaridade? Polos de poder e sistema internacional*. Ed.UFRGS. Porto Alegre, 2006.

WANG, Jisi. *"Peaceful Rise": a discourse in China*. Pekin University. 2006. Disponível em: <http://www2.lse.ac.uk/newsAndMedia/news/archives/2006/Wang_Jisi.aspx>. Acesso em: 09/12/2012.

WESSEL, David. *For Both Nations, Depending on a Rival*. Disponível em: <http://online.wsj.com/article/SB10001424052748703431604575522483394950938.html>. Acesso em: 20/12/2012.

WALL STREET JOURNAL. *Huawei Fires Back at the U.S.* 08/10/2012. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB10000872396390443982904578044190738613734.html>>. Acesso em: 20/12/2012.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. Disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/t_agm0_e.htm>. Acesso em: 26/11/2012.

ZHENG Bijian. IN: THORNTON, J.L. *China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004*. 2003. Disponível em: <<http://www.brookings.edu/fp/events/20050616bijianlunch.pdf>>. Acesso em: 12/11/2012.

Data de submissão: 14/02/2013

Data de aprovação: 17/03/2013